

# Kararaô naufraga novamente

Com a decisão do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Marco Aurélio de Mello, de manter suspenso o Eia/Rima da hidrelétrica de Belo Monte, a Eletronorte teme que o cronograma da política energética brasileira fique atrasado, mas ainda não deu entrada no recurso ao pleno do STF para reverter a sentença. Quem vai entrar com o recurso é a Advocacia Geral da União, para evitar o segundo naufrágio do projeto.

Belo Monte é a segunda tentativa da Eletronorte de construir uma hidrelétrica no rio Xingu que vai por água abaixo. O projeto foi apresentado pela primeira vez na década de 80, com o nome de hidrelétrica de Kararaô (nome pelo qual também é conhecido o grupo indígena Kaiapó). Foram os próprios Kaiapó que ofereceram a resistência mais forte à instalação da usina, forte o suficiente para fazer abortar o projeto.

O hoje presidente da Eletronorte, Antônio Muniz Lopes, era à época diretor de construções da empresa. Coube a ele a difícil tarefa de discutir com os índios o projeto da hidrelétrica no encontro com ONGs e instituições governistas, realizado em Altamira em 1989. Era dele o rosto amedrontado que ficou



**TUÍRA** O facão da índia Kaiapó não foi suficiente para enterrar Belo Monte

famoso no mundo inteiro quando a índia Tuíra o ameaçou com um facão na cena que enterrou por uma década o projeto da usina no Xingu.

"O encontro foi promovido pelas nações indígenas e a Eletronorte foi convidada. Mas o sentimento do povo indígena em relação aos empreendimentos energéticos era de que suas terras seriam alagadas", lembra Ivo-naldo Bento, representante da presi-

dência da Eletronorte no Pará.

A Eletronorte voltou à carga em 2000, com o projeto Belo Monte. Trata-se da mesma Kararaô. "O nome foi mudado porque entendemos que trata-se de uma palavra sagrada para os índios. A sociedade não aprovou o projeto anterior e ele foi modificado", diz Bento. A área alagada, que seria de 1200 km<sup>2</sup> no projeto original, passou a ser de apenas 400 km<sup>2</sup>. Segundo a

empresa, Belo Monte vai produzir mais energia, cerca de 11 mil megawatts, com uma menor área alagada.

Mas a proximidade com a área indígena Paquiçamba, dos índios juruna, fez com que o procurador da República Felício Pontes entrasse com a ação para paralisar os estudos da hidrelétrica. Segundo o procurador, não só os juruna serão afetados. "Está provado que o represamento do rio vai afetar membros das etnias Juruna, Xipaia, Curuaia, Arara e Kaiapó, que vivem à jusante da volta grande do Xingu", diz Pontes.

Na ação, o Ministério Público Federal argumenta que, "com a interrupção do curso do rio, essas comunidades terão inúmeros complicadores, tais como a inviabilidade de locomoção, sobretudo nos períodos de seca do rio; a diminuição e provável extinção dos peixes (principal fonte alimentar), além da proliferação de diversas doenças que, se não forem controladas, podem levar a um processo de dizimação do grupo". A Eletronorte contesta, argumentando que a barragem vai ficar a 50 km da aldeia Paquiçamba.

**Pressa** - A Eletronorte argumenta que a decisão de fazer a hidrelétrica foi considerada estratégica pelo Conselho

Nacional de Política Energética, devendo estar em funcionamento no máximo até março de 2010. A pressa é justificada, segundo ele, pela necessidade. "Temos no Brasil uma demanda por 75 mil mW, que é exatamente o tamanho da produção. A taxa de crescimento do país está em cerca de 5% ao ano, o que significa que teremos que acrescentar 3 mil mW de geração de energia por ano", explica Ivo-naldo Bento.

Segundo ele, existem alternativas à Belo Monte. "Teriam que ser construídas outras 34 usinas hidráulicas, representando 10 vezes mais do que a área de reservatório de Belo Monte. Ou então 8 usinas nucleares, ou um novo gasoduto que trouxesse gás natural da Bolívia", argumenta.

Perguntado se os danos causados em Tucuruí não são suficientes para explicar o temor da sociedade em relação à Belo Monte, Bento foi taxativo. "Os estudos de Tucuruí foram feitos na década de 70 e a concepção era bem diferente. Ainda não existia legislação ambiental, que só foi criada em 1986. Na década de 80 começou a surgir uma nova concepção de empreendimentos energéticos e meio ambiente. Não dá para comparar Tucuruí com Belo Monte", disse.

INSTITUTO  
 Acervo ISA  
 Documentação  
 Fonte: Operante  
 Data: 16-22/11/2002  
 Class.: EUXR0053  
 7